

Paraná: políticas urbanas, metropolização e humanização das cidades - visão sob o enfoque territorial

Parana: urban policies, metropolisation and humane cities - a territorial approach

Paraná: políticas urbanas, metropolisación y ciudades humanas - visión desde el punto de vista territorial

Vicente Ferreira de Castro Neto*

RESUMO

Apresenta-se um olhar testemunhal sobre o desenvolvimento urbano e regional experimentado pelo Paraná nos últimos 50 anos, dentro de uma visão territorial, apontando para a organização da ocupação do território estadual, as Políticas Urbanas seguidas desde a PDU-PR de 1973, a persistência da excessiva metropolização de Curitiba e a dificuldade em se conseguir cidades menos desiguais e mais humanas. A partir de uma introdução com o arcabouço conceitual que fundamenta a sequência analítica, traz uma antevisão das causas que geraram a atual ocupação humana do Paraná. Aborda-se em seguida a trajetória no planejamento urbano, metropolitano e regional produzido no Estado, detendo-se no peso da hegemonia metropolitana de Curitiba sobre o território. Apresentam-se também as transformações na rede de cidades paranaenses, utilizando-se as informações censitárias de 2010. Por fim, propõe-se um aparelho estadual voltado ao planejamento territorial, que considere também a humanização das cidades.

Palavras-chave: Paraná. Desenvolvimento Urbano. Políticas Urbanas e Regionais. Metropolização. Evolução Urbana. Visão Territorial.

ABSTRACT

A testimonial approach on urban and regional development experienced by the State of Paraná in the last 50 years is presented through territorial exam, pointing to occupation organization, the Urban Policies that followed PDU PR-1973, the persistence of excessive metropolization in Curitiba and the difficulties in order to create less unequal and more humane cities. The paper looks through the causes of human occupation in the state and the trajectories of its urban, metropolitan and regional planning. Particular attention is paid to Curitiba's hegemony over the state's erritory. An analysis of transformations to state's municipalities is presented, based on 2010

* Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Edimburgo - Escócia. Professor de Planejamento Urbano e Regional da UFPR. E-mail: vicentedecastro@gmail.com

Artigo recebido em março/2012 e aceito para publicação em abril/2012.

census information. Lastly, a proposal for a state apparatus devoted to territorial planning is introduced, in which the humanization of cities is regarded.

Keywords: Paraná. Urban Development. Urban and Regional Policies. Metropolisation. Urban Growth. Spatial Analysis

RESUMEN

Está presentado un testigo personal sobre el desarrollo urbano y regional que experimentó el estado del Paraná en los últimos 50 años, bajo una visión territorial que apunta la organización de la ocupación del territorio estadual, las políticas urbanas seguidas desde el PDU PR-1973, la persistencia de exceso de metropolización de Curitiba y la dificultad en conseguir ciudades menos desiguales y más humanas. Desde la introducción con el abordaje conceptual, el texto trae el histórico del proceso de la ocupación del territorio del Paraná, mientras presenta el camino seguido en la planificación urbana, metropolitana y regional producida en el Paraná, trabajando con base territorial, para después detenerse en la hegemonía metropolitana de Curitiba sobre el territorio estatal y dibujar las transformaciones de la red de ciudades, incluida la actualización de los estudios con los datos del censo de 2010, terminando con una propuesta de montaje de una estructura de planeamiento del territorio en el estado y un llamamiento a la humanización de las ciudades.

Palabras clave: Paraná. Desarrollo urbano. Políticas urbanas y regionales. Metropolización. Evolución urbana. Visión territorial.

1 VISÃO TERRITORIAL: marcos conceituais

Este artigo tem caráter ensaístico, tendo sido elaborado a partir da experiência profissional do autor, sendo um depoimento circunscrito ao Paraná, no qual se tenta mostrar a trajetória do seu planejamento territorial desde 50 anos atrás.

Do ponto de vista conceitual, ao estudarmos planejamento regional percebemos que uma visão holística do desenvolvimento implica reunir a visão socioeconômica e a visão territorial, ou seja, o *onde* fazer é tão importante quanto o *como* e o *por quanto*. Assim, dado um determinado espaço socioeconômico, cabe indagar: em que ponto ou pontos do território deve ser localizado o investimento público e privado para que a sociedade progrida e obtenha os maiores benefícios?

A questão admite diversos enquadramentos, dentre três principais, a saber:

1. A seleção de uma ou umas poucas localidades, cujo desempenho dinâmico se conheça, para receber o investimento – seja de natureza produtiva seja de infraestrutura logística –, de modo que se obtenham retornos o mais rapidamente possível. Apesar de aparentemente **eficiente**, em geral esta solução leva a concentrações de gente, de capital, de infraestrutura, de negócios, que acabam por comprometer o desenvolvimento como um todo, dada a marginalização que grande parte do território experimenta; tal é o caso da metropolização.
2. A distribuição dispersa dos investimentos abrangendo todo o território. Em que pese ser uma alternativa **equitativa**, ao desestimular a competitividade favorece a tábula rasa que tudo equaliza, quase sempre levando à estagnação do crescimento.
3. O planejamento da organização espacial para que haja equilíbrio entre as diferentes partes do território, de modo **eficaz**, para que o desenvolvimento atinja todos os quadrantes mas também privilegie os pontos de maior potencial de dinamismo.

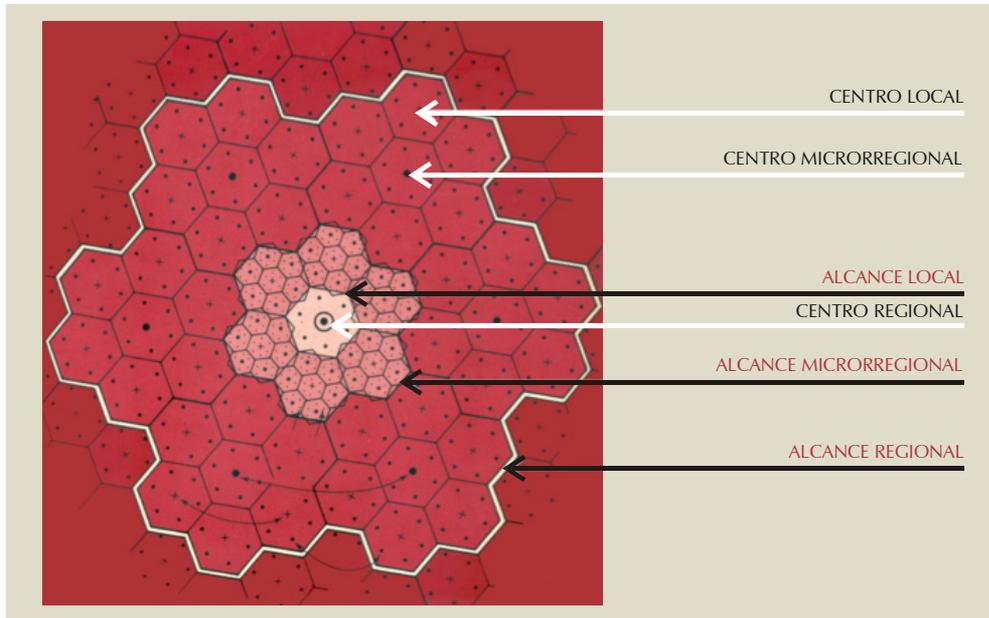
Uma vez que o espaço não é indiferenciado, se o desenvolvimento pressupõe a organização do território esta irá se apoiar sobre aqueles pontos ou locais onde se concentram as atividades humanas: a rede de cidades, buscando o balanceamento territorial por meio de uma sucessão ordenada de centralidades, como intuído pelo modelo idealizado apresentado na figura 1, a seguir, elaborado a partir de uma economia consolidada como produtora agrícola no sul da Alemanha.

Não basta, contudo, que a cidade esteja corretamente inserida no conjunto de centralidades da rede urbana, isto é, que desempenhe sua **função interurbana**. É preciso também que ela possa fazê-lo nas suas **funções intraurbanas** a contento dos que são atraídos pelas vantagens que veem em participar da vida comunitária.

Na estruturação deste artigo, parte-se de uma visão da ocupação humana ao longo do tempo no território paranaense, como base para entender os viéses e o alcance das políticas de organização propostas a partir da segunda metade do século XX,

considerando, em seguida, o papel da metropolização de Curitiba nesse processo de ordenação territorial, em comparação ao da articulação da rede de cidades paranaenses, examinado mais adiante.

FIGURA 1 - TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS



FONTE: Walter Christaller (1933)

São historiadas as iniciativas que marcaram o planejamento territorial no Paraná, sobretudo aquelas em que participamos pessoalmente, como indicado ao final na bibliografia, sendo que de algumas nos apropriamos de elementos textuais e gráficos, para o que pedimos vênha a todos os que contribuíram para esses estudos.

2 TERRITÓRIO A CONQUISTAR: a saga paranaense

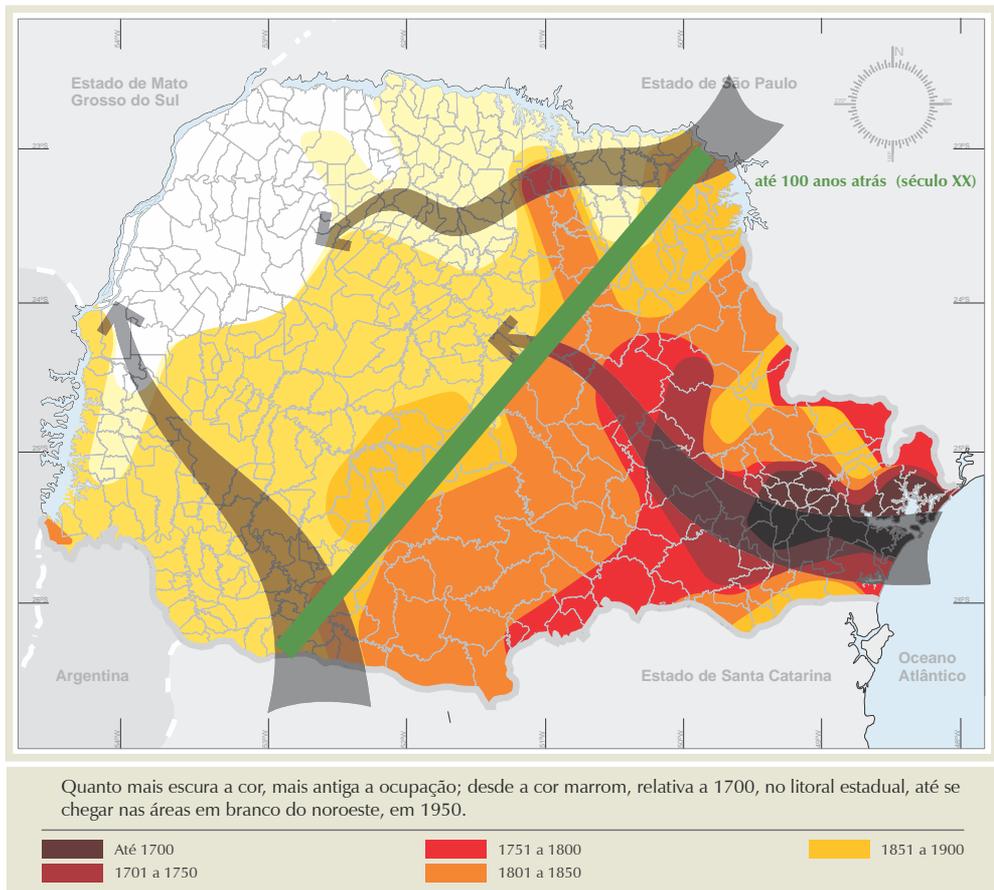
Pensar o Paraná como um território coeso, com uma rede de cidades espacialmente equilibrada e uma identidade única, onde cada habitante se ufane de ser paranaense, é um engano que permanece.

Se não mais existem separatismos que levavam os moradores do Norte do Paraná a se considerarem paulistas nos meados do século passado, persistem ainda alguns desequilíbrios estruturais, seja de integração seja de articulação das partes do território.

Pode-se falar ainda de três Paranás distintos, quando na verdade talvez existam quatro, como se verá adiante, seja em razão das diferenças no atendimento pela rede de cidades, onde as centralidades estão longe de dar apoio a regiões homogêneas, seja pelo domínio da metrópole de Curitiba, que tudo dispõe e disputa com sua excessiva primazia.

Para entender o rebatimento das transformações socioeconômicas que ocorreram no Paraná é necessário, antes, debruçar-se sobre a forma assumida pelo processo da ocupação territorial. Há três vetores distintos a atuar, ao longo da história, sobre o deslocamento humano no território paranaense, como se vê na figura 2, na qual as cores mais escuras representam períodos mais antigos:

FIGURA 2 - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE - 1850-1950



FONTE: MDA/SDT (2010)

NOTA: Organizado por Favaro (2011) e elaborado por Elizandro Fiuza Aquino (2011).

O primeiro vetor é pioneiro, pois se inicia com a chegada dos portugueses, tendo se dado a partir do litoral com a instalação dos portos de Paranaguá (que se tornou vila em 1650) e Antonina, subindo depois a Serra do Mar para alcançar o Primeiro Planalto, quando ocupa os seus campos gerais no ciclo do ouro, comandado por Curitiba (1693). Em seguida, utilizando as invernadas das fazendas do Segundo Planalto, a ação do tropeirismo leva este vetor paranaense até a metade do território da província, parando em uma diagonal que corta no sentido do nordeste de Jacarezinho/Santo Antônio da Platina até o sudoeste de Laranjeiras do Sul/Chopin. Desdobra-se

pelo sul, aproveitando a navegação do rio Iguaçu para também desenvolver nesse vale o ciclo da erva-mate, seguindo pelas cidades gêmeas parana-catarinenses de Rio Negro/Mafra e União da Vitória/Porto União. Este vetor, porém, termina no centro geográfico estadual, em Pitanga, nas cabeceiras do rio Ivaí, sem se embrenhar no seu vale. Esta situação persistia no início do século XX, ou seja, cem anos atrás.

O segundo vetor corresponde ao ciclo do café, na sequência dessa cultura agrícola, propiciado pelo prolongamento da estrada de ferro no Norte do Paraná, vinda das terras paulistas, sobre o divisor de águas da bacia do rio Paranapanema.

A ferrovia semeava cidades desde Ourinhos, desenvolvidas ao redor das estações ferroviárias, no segundo quartil do século XX. Destas, a mais importante, Londrina (1934), denunciava a origem do capital inglês da ferrovia e logo era chamada de capital do Norte do Paraná. Nessa parte do território paranaense, a ocupação humana encontra um condicionante climático que limita sua expansão: é a linha da geada – ao sul da qual a ocorrência mais frequente desse fenômeno meteorológico desaconselha a plantação dos pés de café –, que, grosso modo, corresponde ao limite superior da curva na cor amarela da figura 2, pois o espigão do divisor de águas dos rios Paranapanema e Ivaí/Tibagi retém os ventos gelados vindos do Sul.

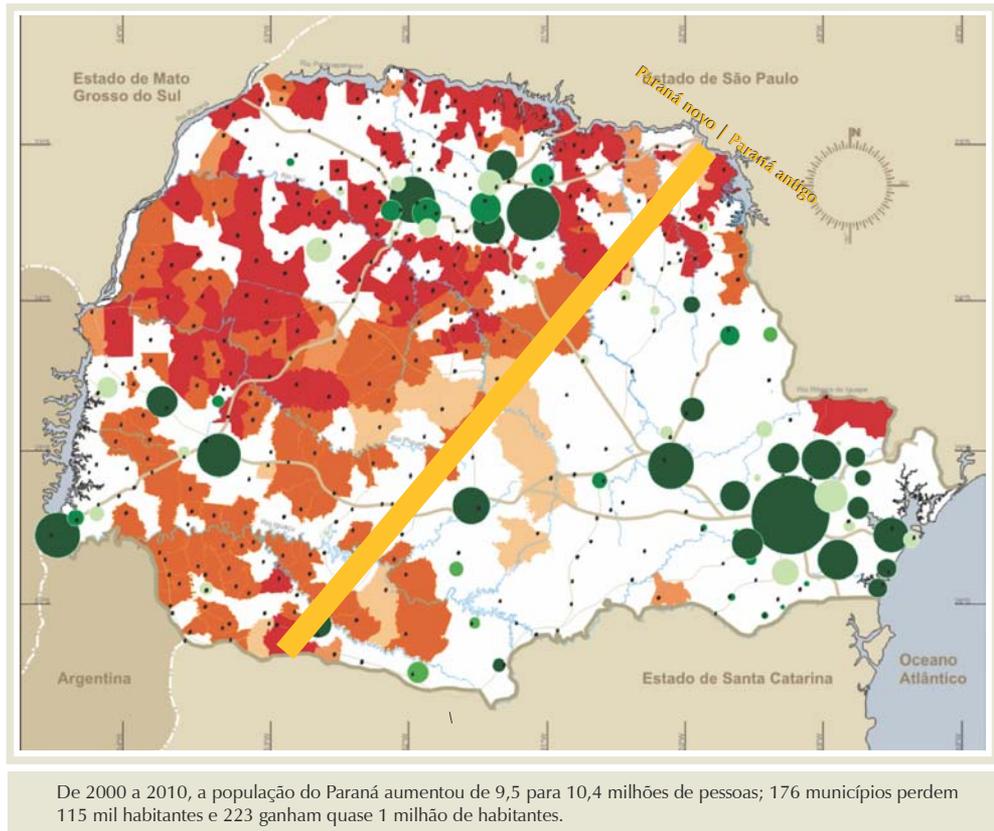
O terceiro vetor mostra o avanço da fronteira agrícola gaúcho-catarinense, onde a sucessão de gerações nas famílias não permitia mais a subdivisão das propriedades agrícolas, obrigando filhos e netos a procurar terras em novas paragens. Ultrapassando a divisa paranaense ao sul, em meados do século passado esse vetor se desvia das matas protegidas do baixo Iguaçu e vai esbarrar nas barrancas do rio Paraná, onde encontra o segundo vetor: floresce o ciclo da soja. Ao mesmo tempo, ao se realizar a ocupação até os limites do território estadual com a fronteira agrícola, que segue para o Mato Grosso do Sul e daí para os extremos do noroeste brasileiro, passa a haver dentro do estado uma espécie de refluxo da população.

O uso da demografia como instrumento de referência do planejamento espacial permite estabelecer a vontade de fixação das pessoas no território. Assim, essa inversão de fluxo, consequência das migrações internas de oeste para leste, fez com que as áreas de ocupação recente fossem também as que perderam população mais rapidamente, como mostra a figura 3, a seguir, cuja variação é de 1970 a 2000 (IPARDES, 2002), onde os municípios nos tons mais escuros de vermelho são aqueles cuja população mais diminuiu nas três décadas sucessivas, enquanto os círculos em verde mostram as cidades que mais cresceram.

No censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, 176 municípios paranaenses, ou pouco menos da metade (44%) do número de municípios, ainda perderam população.

Destes, os mais significativos, isto é, os municípios com taxas ao ano abaixo de -1% (58 municípios), apresentavam média de 6,5 mil habitantes. Nesse segmento, só 11 têm população acima de 10 mil habitantes (e abaixo de 20 mil). No final das contas, **perderam população os municípios muito pequenos e pouco urbanizados**, pois não apresentam condições de reter gente, seja por falta de infraestrutura urbana, seja por não gerarem empregos que resultem em salários dignos.

FIGURA 3 - Esvaziamento e concentração de população - Paraná - 1970-2000



FONTE: MDA/SDT (2010)

NOTA: Organizado por Favaro (2011) e elaborado por Elizandro Fiuzza Aquino (2011).

Cria-se um círculo vicioso: incapazes de atrair recursos e investimentos que permitam uma virada em favor do desenvolvimento sustentado e sustentável, os municípios mais pobres permanecem nessa situação, espectadores do avanço dos municípios maiores, sejam metropolitanos sejam os que formam os polos regionais, muito mais atrativos sob todos os aspectos – para as pessoas, para as empresas, para o capital privado e para as verbas governamentais.

O resultado dessa dinâmica é que o território paranaense permanece esgarçado, em que os poucos laços entre as suas principais regiões produtivas, tais como as estruturas de ligação rodoferroviária, mostram-se saturados nas épocas de escoamento das grandes safras agrícolas – marca da vocação estadual exportadora de *commodities* –, além da permanente dificuldade com o desempenho do porto de Paranaguá, cuja adequação continua como uma promessa nunca atingida.

Há ainda o agravante de o centro do interior do Estado ter ficado à margem da ocupação humana sistemática. São, portanto, quatro partes até hoje algo dissociadas: o velho Paraná do litoral e do primeiro e segundo planaltos,

o Norte/Noroeste do Paraná, o Oeste/Sudoeste paranaenses e, por fim, a região central, esta com sua gama de carências.

Em menor escala, mas crítico em termos de nódoa no processo de desenvolvimento territorial, há ainda o alijamento do Vale do Ribeira de Iguape para fora do quadro de progresso estadual, o qual, embora fique entre as pujantes regiões metropolitanas de São Paulo, a maior do País, e de Curitiba, mantém-se – entra governo e sai governo – em situação de penúria, o que foge à compreensão.

Várias tentativas foram feitas para costurar o território com políticas inclusivas, nos últimos 50 anos, quando se percebeu que o Paraná, para ir além em termos de progresso socioeconômico, precisaria somar todas as suas partes territoriais. Mas algumas delas, mesmo quando tinham sucesso, esbarravam na falta de continuidade.

3 INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Em meados dos anos 1960 começa a haver no Paraná um caldo de cultura de planejamento territorial, em função da criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Paraná (1962), do **Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba** (1965/1966) e de uma forte crença permeando o governo estadual de que planejar era preciso, na esteira da atuação da Companhia Paranaense de Desenvolvimento - CODEPAR (1962), depois alçada a Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP).

Em que pesem suas ligações familiares com a oligarquia política que dominou o Paraná na primeira metade do século XX, antes e depois da intervenção getulista, a qual atuava só no primeiro e segundo planaltos e no litoral, o governador Ney Braga, ao ser eleito em 1961, tomou a pulso realizar a união territorial do Estado do Paraná, promovendo a adequação e o asfaltamento da Rodovia do Café.

O território do Norte do Paraná, cuja ocupação tinha sido feita a partir do espaço paulista através da expansão da ferrovia que os ingleses implantaram, passa então a se integrar com o Velho Paraná, e, mais ainda, a exportar, através de Paranaguá, o que tem reflexos exponenciais sobre as finanças estaduais. Essa realidade geográfica produz um fruto político: o próximo governador Paulo Pimentel pela primeira vez é oriundo das falanges do Norte paranaense, e seu *slogan*, “Aqui se trabalha”, bem mostra a continuidade do esforço desenvolvimentista governamental.

Em seguida, após o curto interregno havido com a nomeação e a renúncia do primeiro governador instituído pelo regime militar, assume seu vice Pedro Viriato Parigot de Souza, professor universitário e ex-presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), como se chamava à época, portanto sabedor das carências de infraestrutura que impediam o desenvolvimento do Estado, e por isso mesmo indutor da construção das grandes usinas hidrelétricas paranaenses.

Na sua administração, é formalizado, em 1972, convênio entre o governo federal através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), braço de estudos do Banco Nacional de Habitação (BNH), com apoio da Organização dos Estados

Americanos (OEA), e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Planejamento, além da Universidade Federal do Paraná, com o Curso de Arquitetura e Urbanismo, bem como de professores economistas e de administração.

O objetivo era formular uma **Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná**, pela elaboração de estudo que passou a ser conhecido como PDU/PR.

Mediante uma abordagem predominantemente territorial, usando massivos recursos computacionais da geografia quantitativa, o que era bastante avançado do ponto de vista técnico nessa época, a política prevista visualiza o Estado como sendo organizado espacialmente a partir de três eixos urbanos, que propõe sejam interligados por anel rodoviário, de modo a estruturar as centralidades adequadas aos seus entornos adjacentes: (i) o da Região Metropolitana de Curitiba, associado a Paranaguá no litoral e a Ponta Grossa no segundo planalto; (ii) o da formação protometropolitana de Londrina–Maringá, apoiando o Norte do Paraná; e (iii) um terceiro, criado para promover o equilíbrio espacial com os outros dois, constituído pelo eixo incipiente Cascavel–Toledo e possível extensão até Guaíra, em um primeiro momento, depois substituído por Foz do Iguaçu, em decorrência da implantação de Itaipu.

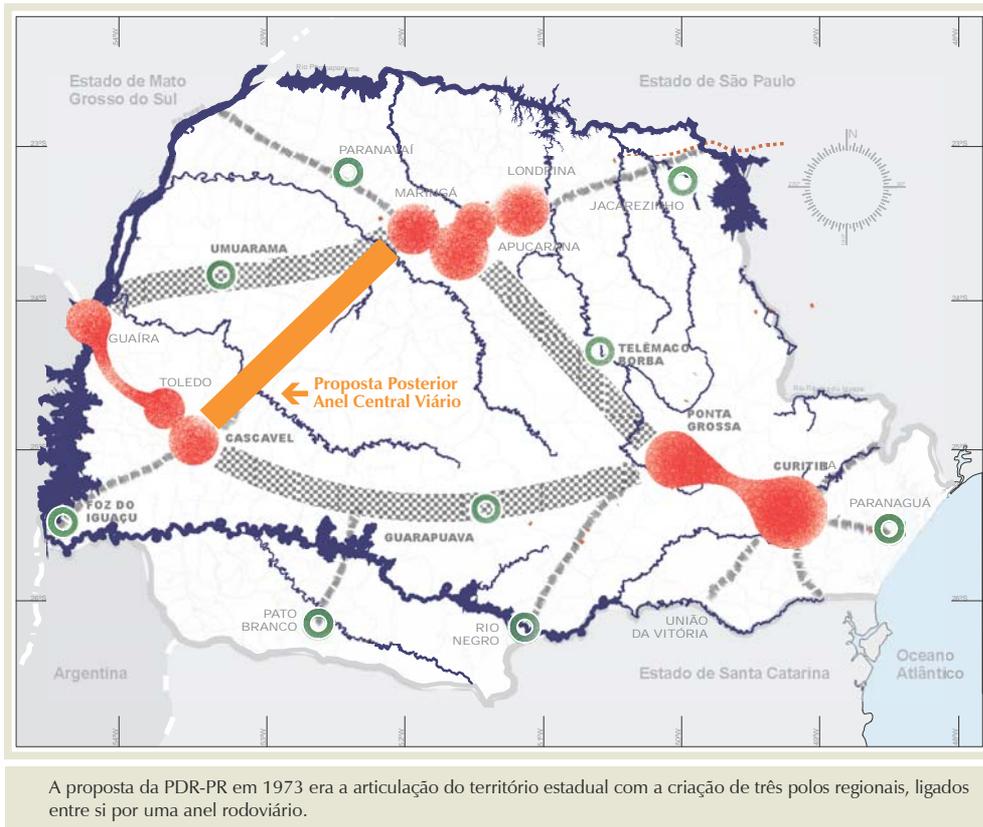
Essa visão, apresentada na figura 4, formulada dentro de um arcabouço técnico e acadêmico, teve imediata acolhida pelos condutores da política e da administração estadual, passando a orientar as políticas públicas. Tanto que houve um desdobramento intitulado **Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná**, elaborado pela mesma equipe técnica da PDU/PR, no qual se procurava orientar a aplicação dos recursos dos órgãos estaduais voltados à infraestrutura social, mormente educação, saúde e segurança pública, com as edificações necessárias ao atendimento das principais cidades paranaenses, de modo que houvesse também uma hierarquia de atendimento regional, a partir das respectivas centralidades.

Ainda mais, com a decisão do governo federal de construir a hidrelétrica de Itaipu na divisa com o Paraguai, o urbanismo do curso da Universidade do Paraná é convidado a elaborar o **Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu**, para uma cidade que à época tinha 20 mil habitantes, dez anos depois tinha mais de 100 mil e que hoje, passados quase quarenta anos, tem mais de 250 mil moradores.

Contudo, em 1973, ano da publicação da PDU/PR, o governo federal promulga Lei Complementar criando as regiões metropolitanas brasileiras, entre elas a de Curitiba, uma das oito do País (a do Rio de Janeiro viria depois com a fusão do Estado da Guanabara), cuja eleição à categoria de metrópole era simplesmente demográfica, isto é, ser capital estadual e ter a soma da população dos municípios metropolitanos excedendo ou estando próxima do milhão de habitantes.

A RMC nascia abrangendo por força legal, além da capital, os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova. Assim, institucionaliza-se a atenção do planejamento territorial para a capital estadual, defendida pelo então prefeito, o arquiteto Jaime Lerner, no seu primeiro mandato.

FIGURA 4 - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O PARANÁ - PDU-PR - 1973



FONTE: MDA/SDT (2010)

NOTA: Organizado por Favaro (2011) e elaborado por Elizandro Fiuza Aquino (2011).

Urbanista e professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, feito alcaide teve oportunidade de pôr em execução uma notável quantidade de projetos estocados nas prateleiras do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), preparada pela primeira geração de arquitetos paranaenses, muitos renomados, com várias vitórias em concursos públicos de arquitetura, nacionais e internacionais.

Com isso, as ideias propostas: o novo zoneamento, as vias estruturais com as canaletas dos ônibus expressos, a Cidade Industrial – onde a Volvo se instala em 1977 – entre muitas outras, tais como os numerosos parques, logo transformam a cidade reafirmando o seu urbanismo e, por consequência, a importância do planejamento espacial/territorial para a vida de todos.

Acompanhando esse clima, no mandato do governador nomeado Jaime Canet começa a ser estruturada a Região Metropolitana de Curitiba, primeiramente com a legislação que a fundamenta e, depois, com a criação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) em 1974. Seu primeiro trabalho, como previsto na Lei Federal, é elaborar o **Plano de Desenvolvimento Integrado** -

Organização Espacial, coordenado pelo autor, cujo título bem mostra a ênfase no planejamento territorial.

Abre-se a porta para o reforço à estrutura espacial do polo metropolitano, em detrimento do processo de equilíbrio da rede urbana paranaense, como pretendido – talvez utopicamente – na PDU/PR.

Ao dinamismo da metrópole soma-se o do território metropolitano, inclusive com a instalação da refinaria da Petrobras em Araucária. Logo a primeira via realizada com recursos metropolitanos, a Avenida das Torres, liga o aeroporto em São José dos Pinhais à capital e favorece a disseminação de várias indústrias. Ali se inicia o suporte logístico que, duas décadas mais tarde, torna-se fundamental à indústria automobilística para consagrar definitivamente Curitiba no cenário nacional. O processo de metropolização é melhor analisado mais adiante no curso deste trabalho, com base na sua dinâmica demográfica.

Ao suceder Jaime Canet, nomeado governador em 1979 para o seu segundo mandato, Ney Braga institui a **Secretaria de Desenvolvimento Urbano**, tendo a função principal de articular e, quando possível, atender às demandas dos prefeitos.

Seria com isso uma enorme plataforma eleitoral, como efetivamente aconteceu, pois o seu primeiro secretário foi o candidato à sucessão, vindo, no entanto, a perder a primeira eleição direta para governador após o fechamento do regime militar, no qual os prefeitos das capitais eram nomeados, quando as urnas consagraram de forma avassaladora o opositor José Richa, pai do atual governador Beto Richa, o qual, embora politicamente forte no Estado, tinha mãos e pés atados para tudo que dependesse da máquina federal.

Eram tempos difíceis para um país dependente de combustível fóssil com os dois choques sucessivos no preço do petróleo, o que explodiu o processo inflacionário e enxugou as verbas federais até então generosamente distribuídas a fundo perdido (para quem desconhece a expressão, não exigiam pagamento da dívida de volta – era uma doação, para todos os efeitos) aos que tinham projetos apresentáveis, o que se tornara uma especialidade paranaense, mais ainda curitibana, quando as capas dos relatórios com o logotipo do IPPUC surgiam sobre as mesas de quase todos os órgãos federais que podiam aportar os recursos.

Curitiba prosseguiu então sua bem-sucedida trajetória de desenvolvimento urbano, ajudada pela sucessão de governadores que tinham antes sido seus prefeitos, pois era onde repousava a força do seu eleitorado e para onde se dirigia o foco da atenção e do investimento governamental quando passavam para a esfera estadual, muitas vezes em detrimento da sinergia devida ao território paranaense, pois a região metropolitana de Curitiba sempre foi um grande centro urbano voltado à prestação de serviços para um Interior caracterizado pela pujança da sua produção agropastoril. Ou seja, o terciário da economia apoiando o primário, sendo tímidas as incursões do secundário.

Foram a exceção que confirma a regra: a fábrica de caminhões e ônibus da Volvo na Cidade Industrial, além da unidade de ureia junto à refinaria da Petrobras.

Este quadro muda radicalmente com a implantação das fábricas montadoras da Renault-Nissan e da Volkswagen-Audi, aproveitando uma condição logística excepcional, com saída para o aeroporto e para o porto de Paranaguá e a cavaleiro das rodovias para Santa Catarina e Rio Grande do Sul/Uruguai e Argentina, de um lado, e para São Paulo/Centro-Oeste brasileiro, de outro, além do Interior do Paraná.

Essas plataformas industriais instaladas em 1999 respondiam à proposta do planejamento estadual com a ideia do Anel Central de Integração, no qual também se inseria o anel de contorno curitibano, como o deslocamento da Rodovia BR-116 para uma posição mais ao sul, em vez de cortar o município de Curitiba. Retomava-se o conceito de articulação dos principais eixos urbanos com uma estrutura rodoviária de ligação como estabelecido na PDU/PR de 1973 (ver figura 4), agora com 2.500 km de extensão, mas a orientação de privatizar as rodovias, cobrando pedágio, cria problemas para sua implantação inclusive na esfera judiciária.

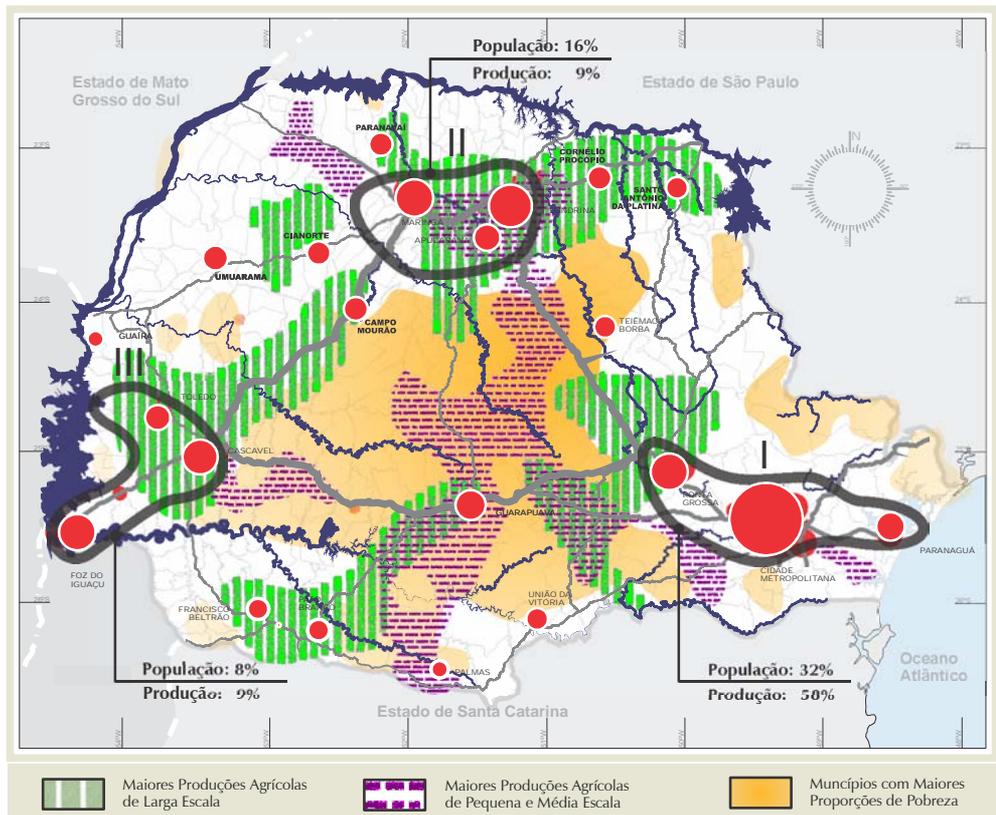
Com as indústrias impulsionando o desenvolvimento metropolitano, na chegada do novo século o governo estadual resolve abrir de novo a questão do seu planejamento territorial, com a elaboração do **PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**, em 2002, agora com concorrência internacional ganha por empresa francesa associada a uma brasileira. A COMEC recebe, assim, um reforço para o seu planejamento a vigorar por muitos anos, como se examinará melhor em item específico, adiante, além deste histórico.

Vitorioso na primeira eleição do século XXI, o governador Roberto Requião volta à administração estadual com uma visão de planejamento regional, influenciado por mapa produzido pelo IPARDES sobre o IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o ano de 2000, abrangendo todos os municípios paranaenses, no qual ficava claro haver uma sucessão de municípios contíguos no centro do Estado com IDH relativamente muito mais baixo (<700) que a média dos outros, como também ocorria no Vale do Ribeira de Iguape, além de outros pontos dispersos no mapa. O governador, então, nos primeiros dias da sua gestão, convoca alguns dos arquitetos e urbanistas que coordenaram a PDU/PR de 1973, inclusive o autor, além de técnicos do IPARDES, para, em mutirão, publicarem diretrizes para uma nova Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, o que foi feito no seu primeiro trimestre de governo, sendo depois estruturada em documento interno da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (SEDU-PR) intitulado Planos de Desenvolvimento Urbano e Regional - Desenvolvimento Estratégico. Ainda, por meio de Convênio do PARANACIDADE da SEDU, do IPARDES e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), dá-se sequência aos estudos, produzindo com maior profundidade a proposta dos **PRDEs - Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná**.

De novo, é realizada em conjunto com equipe de arquitetos e urbanistas que tinham ou tiveram vínculo com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR ou com os trabalhos feitos ao longo do tempo, e com equipe de técnicos do IPARDES.

O diagnóstico realizado pelos PRDEs mostrava bem um cenário de desequilíbrio entre os polos urbanos estaduais, como indicado na figura 5, e a região metropolitana de Curitiba – hoje ampliada em relação à lei que a criou para sua configuração atual, congregando 26 municípios – a exercer sua primazia sobre a rede de cidades, além da mancha com os municípios mais pobres permeando o centro e se espalhando para o sul do território paranaense.

FIGURA 5 - CENÁRIO DE DESEQUILÍBRIO ENTRE OS POLOS URBANOS ESTADUAIS E A RMC - PARANÁ - 2005



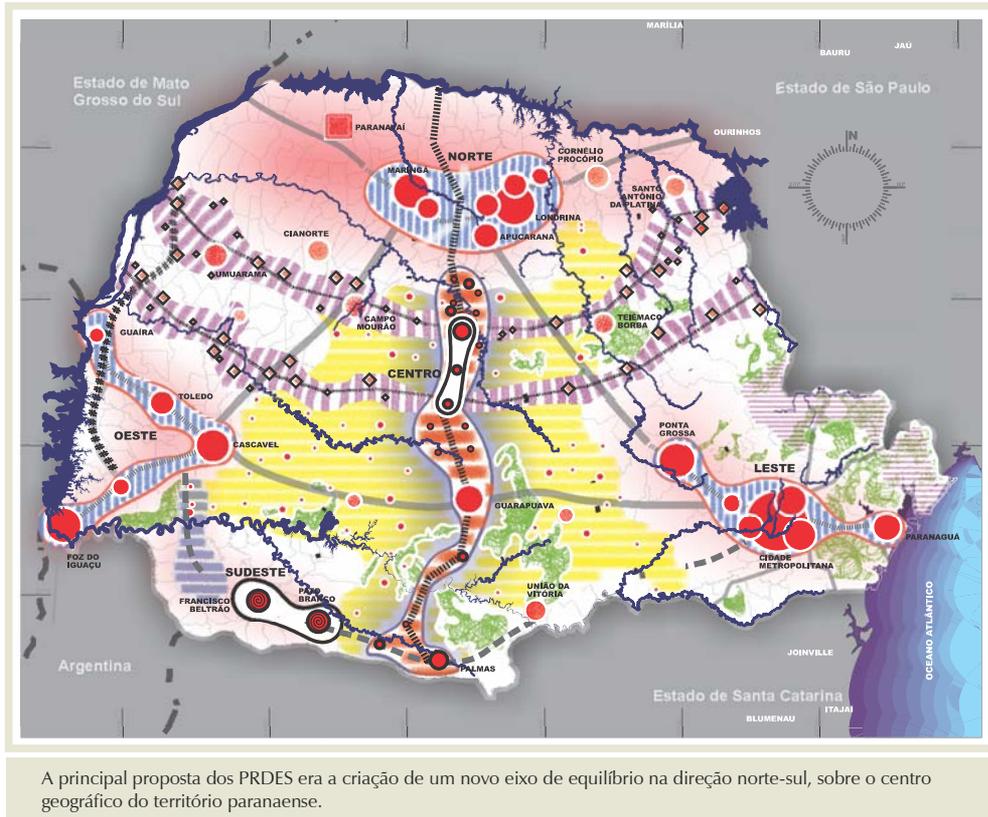
FONTE: MDA/SDT (2010)

NOTA: Organizado por Favaro (2011) e elaborado por Elizandro Fiuzza Aquino (2011).

Em decorrência disso, a principal proposta dos PRDEs é a criação de uma estrutura viária na direção norte-sul, associada a centros urbanos que possam desenvolver novas centralidades que deem suporte a um ciclo de desenvolvimento para a parte central do Paraná, como mostra a figura 6.

Como previsto na legislação federal que rege a matéria, os novos estudos passaram pela análise de uma série de reuniões públicas, em todos os quadrantes do Estado, o que terminou por validá-los ainda na administração seguinte do governador Roberto Requião, então reeleito.

FIGURA 6 - PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO PARANÁ - PRDE - 2006



FONTE: MDA/SDT (2010)

NOTA: Organizado por Favaro (2011) e elaborado por Elizandro Fiuza Aquino (2011).

Enquanto isso, em exigência maior do que a prevista no Estatuto da Cidade para a realização de Planos Diretores Municipais em municípios com mais de 20 mil habitantes, envolvendo todo o território municipal, a administração estadual faz passar lei que obriga todos os municípios paranaenses a realizá-los (Lei 15.229, de 25/07/2006), o que provoca uma corrida dos escritórios de urbanismo para atender à demanda, resultando às vezes em estudos superficiais e com soluções repetitivas. Mas, sob orientação do PARANACIDADE, todos se ajustam à nova regra que pressupõe a aprovação da Lei do Plano Diretor Municipal antes que sejam pleiteadas novas verbas estaduais à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, em convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços.

Agora, quando de novo mais um ex-prefeito de Curitiba assume o governo estadual, Carlos Alberto Richa anuncia, como o maior feito de sua gestão, o investimento de vultosos recursos do governo federal na capital, com a implantação do muito esperado metrô, solução definitiva para o trânsito urbano curitibano.

Espera-se que, com isso, não seja de novo postergada a questão do reequilíbrio do desenvolvimento territorial do Paraná.

4 METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA

Ao abordar com olhar exclusivo a metrópole curitibana, retomam-se as passagens anteriores ao longo do texto, para neste momento enfeixá-las baixo o ferramental demográfico. Assim, viu-se que em meados da década de 1970, logo após o estudo de articulação das aglomerações urbanas paranaenses numa política de desenvolvimento urbano que propõe o equilíbrio inter-regional (PDU-PR), surge entretanto a novidade da institucionalização da região metropolitana de Curitiba, através de lei federal e conseqüente lei estadual, regulamentando a criação do órgão responsável, a COMEC.

Apesar de a RMC se estender institucionalmente sobre 26 municípios, chegando até à Lapa a oeste, para efeitos deste estudo preferimos nos limitar ao Núcleo Urbano Central (NUC) da RMC, que em 2010 reunia uma população de 3 milhões de habitantes, conforme mostra a tabela 1. Na verdade, do ponto de vista espacial o que vale mesmo é a Grande Curitiba, isto é, aquela metrópole que tem uma malha urbana contínua ou com pequenos hiatos, resultante da solda da estrutura urbana da capital à dos seus municípios contíguos, formando uma cidade única/ aglomerado urbano com 2,5 milhões de pessoas, onde tem se centrado o progresso paranaense.

TABELA 1 - CRESCIMENTO DO NÚCLEO URBANO CENTRAL (NUC) METROPOLITANO

CURITIBA E MUNICÍPIOS DA RMC	1991	2000	2010	1991/2000 (%)	2000/2010 (%)
Curitiba	1.315.035	1.587.315	1.751.907	1,90	0,99
São José dos Pinhais	127.455	204.316	264.210	4,83	2,60
Pinhais	-	102.985	117.008		1,28
Piraquara	106.882	72.886	93.207	-3,76	2,49
Quatro Barras	10.007	16.161	19.851	4,91	2,08
Campina Grande do Sul	19.343	34.566	38.769	5,98	1,15
Colombo	117.767	183.329	212.967	4,53	1,51
Almirante Tamandaré	66.159	88.277	103.204	2,93	1,57
Rio Branco do Sul	38.296	29.341	30.650	-2,63	0,44
Itaperuçu	-	19.344	23.887		2,13
Campo Magro	-	20.409	24.843		1,99
Campo Largo	72.523	92.782	112.377	2,49	1,93
Araucária	61.889	94.258	119.123	4,30	2,37
Fazenda Rio Grande	-	62.877	81.675		2,65
TOTAL/MÉDIA	1.935.356	2.608.846	2.993.678	3,03	1,39

FONTES: IBGE - SIDRA

NOTA: Elaboração do autor.

Esse progresso se acelerou tanto que, de acordo com o IBGE, somente no último período censitário o crescimento da população paranaense entre 2000 e 2010 foi de pouco mais de 880 mil pessoas, enquanto no mesmo período a população total dos municípios do NUC teve um aumento de 385 mil habitantes. **Isto significa que quase a metade (43,7%) do crescimento demográfico recente do Paraná se localiza nos 14 municípios do NUC.**

Ainda mais, parte sensível do aumento ocorreu em Curitiba, quer dizer, a metrópole participa com quase 20% (18,7%) do total do incremento populacional ocorrido no Paraná nesses dez anos.

Essas constatações são suficientes para demonstrar a acumulação do processo concentrador que ocorre no núcleo central metropolitano com relação a todo o território do Paraná, pois o NUC, com os seus 3 milhões de habitantes, constitui um cenário difícil de atender sem investimentos vultosos em infraestrutura urbana e metropolitana.

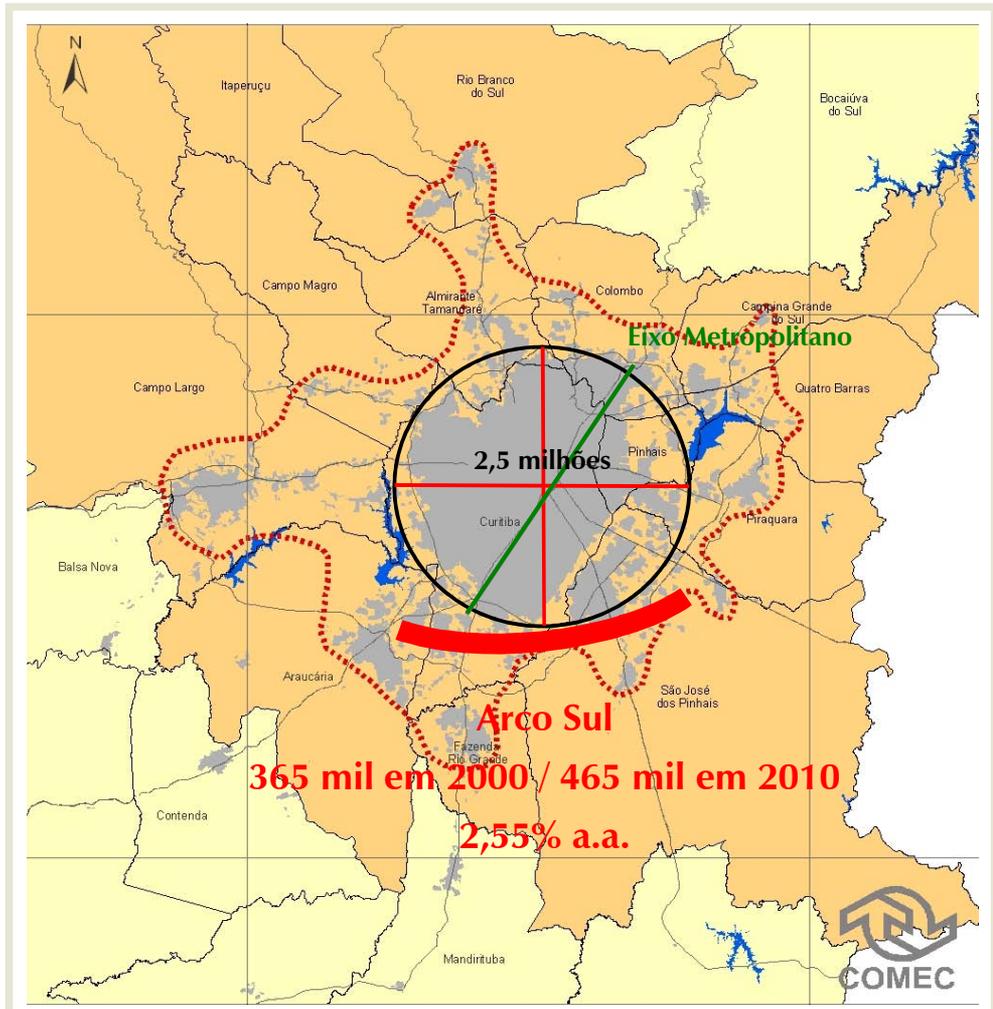
Como se pode ver na tabela 1, nas taxas anuais de crescimento geométrico da população total dos municípios do NUC, no período 2000-2010, a média do conjunto corresponde a 1,4%, o que significa dobrar a população somente a cada 50 anos. Isto representa um forte abatimento da curva de crescimento, pois é cerca de 45% do valor da média das taxas do período censitário anterior de 1991 a 2000, que foi de 3,0% (isto é, com a população duplicando em quase 25 anos).

Os agrupamentos das maiores taxas anuais de crescimento geométrico, ou seja, acima de 2% ao ano, estão a leste, com Quatro Barras (2,08%) e Piraquara (2,49%) – o que não é bom, pois carrega grande pressão antrópica sobre a Mata Atlântica da vertente oeste da Serra do Mar, que protege os reservatórios dos mananciais metropolitanos –, e ao sul do NUC, nos municípios de São José dos Pinhais (2,60%), Fazenda Rio Grande (2,65%) e Araucária (2,37%), que fazem o entrelaçamento territorial da indústria metropolitana, no chamado Arco Sul.

O Arco Sul ampliou sua população com 100 mil pessoas em um decênio, a uma taxa geométrica média anual de 2,55% ao ano, ou seja, 2,5 vezes a de Curitiba. Fazenda Rio Grande tem isoladamente a maior taxa, mais do que duas vezes e meia a de Curitiba, o que enfatiza a força desse arco no crescimento da Grande Curitiba ou do Núcleo Urbano Central, enquanto as menores taxas, isto é, abaixo de 1,25% a.a., estão ao norte (Rio Branco do Sul) e também no extremo nordeste (Campina Grande do Sul).

Aquelas cinco cidades com maior crescimento são também as que podem ter o melhor aproveitamento na utilização de transporte de massa no eixo metropolitano sobre a antiga BR-116, indicado em verde no mapa da figura 7. Se inserido um círculo delimitando a mancha urbana mais densa ou mais urbanizada da Grande Curitiba (em cinza), com aproximadamente 12,5 quilômetros de raio, tem-se que o seu centro cairá no Jardim Botânico, junto àquele eixo, o qual lhe será um diâmetro dentro do tecido urbano na direção nordeste-sudoeste. Nessa mancha urbana da Grande Curitiba estarão incluídas cerca de 2,5 milhões de pessoas, correspondendo a 85% da população do NUC.

FIGURA 7- NÚCLEO URBANO CENTRAL - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTE: COMEC (mapa), IBGE-SIDRA (dados)

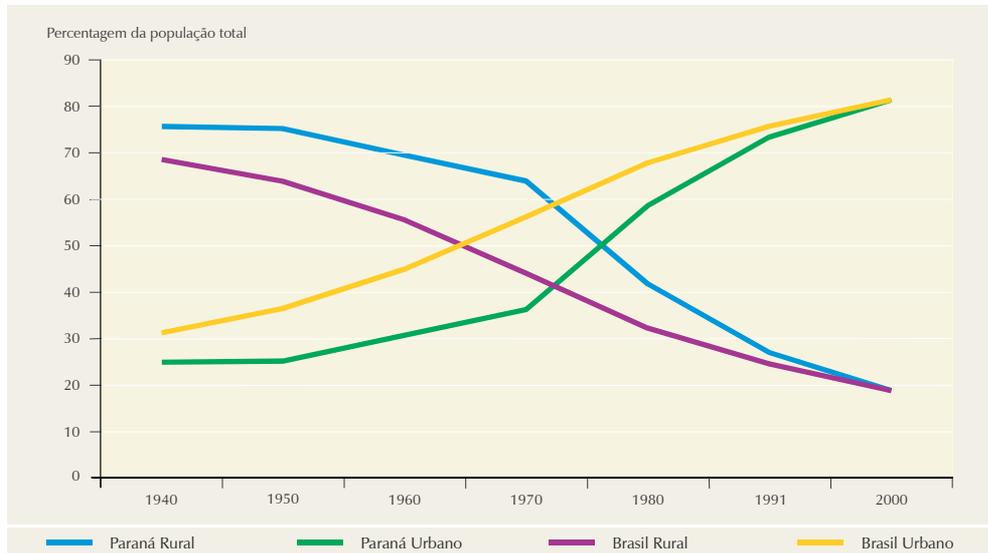
NOTA: Elaboração do autor.

5 REDE DE CIDADES NO PARANÁ

O fenômeno da urbanização, assim entendido como uma maior proporção de pessoas vivendo no meio urbano do que no rural, é relativamente recente no Paraná, a saber, tem 30 anos. Em apenas uma década (1970-1980) há uma inversão radical na composição da população paranaense: esta deixa de ser predominantemente rural (em 1970, 63,86% da população era rural, contra 36,14% urbana) e passa a ser urbana (em 1980, 41,38% da população era rural x 58,62% urbana). Ainda mais, nesses 30 anos a proporção da população rural cai para quase um terço da situação que tinha em 1980 (em 2010, 14,66% da população era rural).

No final do século XX, a urbanização no Paraná atingia mais de 4/5 da população total, refletindo homoteticamente o que também ocorria com a brasileira. No caso nacional, entretanto, a inversão se deu mais de dez anos antes e a inflexão da curva da urbanização foi mais suave, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO - BRASIL E PARANÁ - 1940/2010



FONTE: SDU-PR (2004)

Se relativamente a proporção da população rural parece pequena em face da urbana, que correspondia a 8,9 milhões de habitantes no censo de 2010, o número absoluto de 1,5 milhão de paranaenses vivendo no meio rural é significativo, mostrando que as atividades agropecuárias ainda empregam muitas pessoas, que por sua vez dependem dos centros urbanos mais próximos para o atendimento das funções sociais básicas, bem como as de prestação de serviços de apoio.

A distribuição da população pela rede de cidades paranaenses comprova que o Paraná continua a experimentar um processo concentrador de pessoas no território. Comparemos números. De um lado, pelos dados censitários de 2010, dos 399 municípios paranaenses, 203 – pouco mais da metade – têm população total abaixo de 10 mil habitantes, dos quais quase uma centena (98 precisamente), ou um quarto do número de municípios, tem população abaixo de 5 mil. Assim, a preponderância dos municípios pequenos e nanicos é total no quadro paranaense.

O conjunto dessa centena de municípios com menos de 5 mil moradores somava quase 350 mil habitantes, os quais, por sua vez, correspondiam a somente 3,34% da população total estadual. Se tomado o intervalo até 10 mil moradores, equivalente a mais 105 municípios, são acrescentados pouco mais de 715 mil habitantes, somando 1,065 milhão de pessoas, o que representa 10,20% da população total estadual.

Sublinhando, mais da metade (50,87%) dos municípios paranaenses (203 em 399) soma, em conjunto, apenas um décimo da população estadual.

Do outro lado desse quadro, 32 municípios têm população acima de 50 mil habitantes, dentre os quais 18 com mais de 100 mil, sendo que, além da capital, outros 6 destes últimos estão na Grande Curitiba e são contíguos à capital, formando com ela praticamente uma única malha urbana (à exceção de Campo Largo). Esses 18 maiores municípios concentram quase metade (49,32%) da população estadual, proporção que sobe a quase 60% (exatos 59,36%) quando incluídos os municípios com mais de 50 mil habitantes. Cite-se um agravante: Curitiba e seus 6 municípios contíguos com mais de 100 mil moradores representam um quarto, ou seja, 25,67% da população estadual.

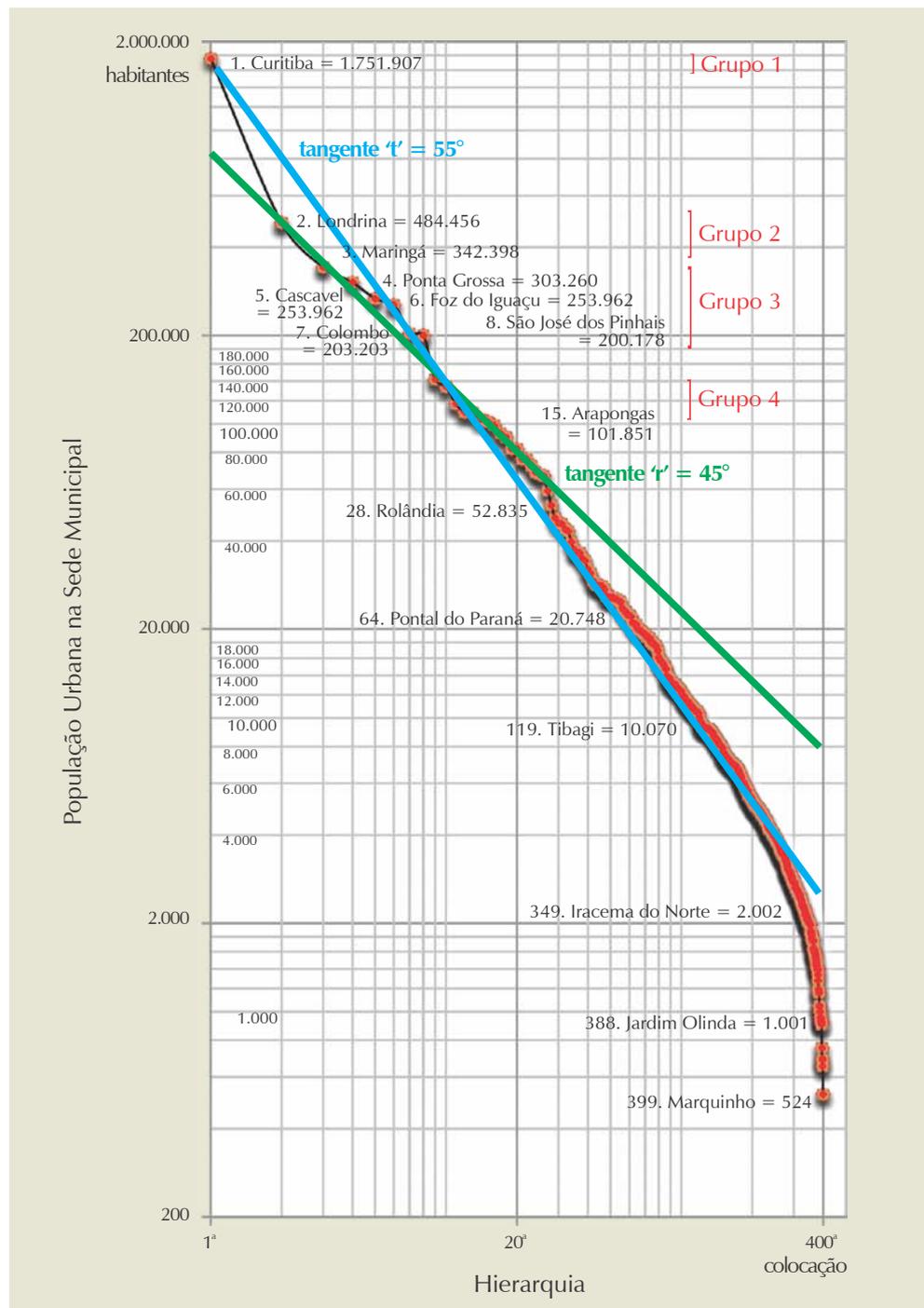
O fato é que quase a total maioria dos paranaenses (5.151.333) vive nos maiores municípios, isto é, nos que têm mais de 100 mil habitantes e correspondem a apenas 18 em um universo de 399 municípios. Somente a capital, Curitiba, representa 16,77% do total, tendo, sozinha, 1/6 da população estadual, o que representa mais que a soma dos habitantes dos municípios com população abaixo de 10 mil habitantes cada um e que correspondem a mais da metade do número de todos os municípios paranaenses (203, como foi visto).

Portanto, uma política urbana não inclusiva, que atenda somente os habitantes das grandes cidades, não causa maiores celeumas, pois é nestas que está a grande parte dos eleitores, acessíveis pelos meios massivos de comunicação, e mais preocupados com a sua rua que interessados no desenvolvimento estadual como um todo. É um combate muito desigual na luta pelo dinheiro público. E quem perde?

Na análise da rede de cidades, costuma-se recorrer à montagem de gráfico tamanho-hierarquia, em escala bilogarítmica, em que no eixo vertical colocam-se as cidades-distritos sedes municipais pela ordem decrescente da população urbana e, no eixo horizontal, tem-se sua posição na hierarquia, partindo da primeira até a última classificada (gráfico 2). O diagrama de Zipf¹, assim construído, estabelece que a distribuição das cidades é dada de forma simples e intuitiva, por uma equação exponencial que efetua uma regressão típica onde entram a população da cidade e a sua posição na hierarquia. Se o desenvolvimento territorial for homogêneo, a distribuição obedecerá a um padrão consistente, próximo a 1,0 (tangente a 45°).

¹ O diagrama de Zipf, como concebido pelo professor da Universidade de Harvard George Kingsley Zipf (1902-1950), é baseado na lei que diz que a frequência da ocorrência de um determinado evento (P) é função da ordem (i) quando a ordem é determinada pela frequência da ocorrência, resultando em uma função exponencial $[P_i \sim 1/ia]$, onde o expoente (a) está próximo da unidade (1). Apesar de comemorado o centenário de nascimento de Zipf e passados mais de 60 anos da sua morte, essa lei tem encontrado um número cada vez maior de aplicações, envolvendo hoje até mesmo flutuações do mercado financeiro e acessos à internet, sendo, portanto, extremamente atual. Por fazer uma análise recente do sistema de cidades dos Estados Unidos da América através da aplicação da Lei de Zipf, recomenda-se a leitura do artigo de Duncan Black & Vernon Henderson (2003), "Urban evolution in the USA", *Journal of Economic Geography*, v.3, n.4, p.343-372, 2003.

GRÁFICO 2 - TAMANHO - HIERARQUIA - PARANÁ



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010

NOTAS: Distribuição conforme Diagrama de Zipf - Escala Bilogaritmica.
Elaboração do autor.

O caso paranaense, apresentado no gráfico, corrobora a análise feita sobre o quadro municipal. Fazemos uma divisão tipológica em grupos.

No primeiro grupo, Curitiba desponta isolada na cabeceira com quase 1,8 milhão de habitantes, enquanto no segundo grupamento estão as duas cidades acima de 300 mil habitantes, que têm menos população do que sua posição indicaria, pois descolam para baixo da tangente a 55°: são Londrina e Maringá, o que mostra as dificuldades de estruturação do eixo do Norte do Paraná.

No terceiro grupo incluem-se as cinco cidades entre 200 e 300 mil habitantes, como Ponta Grossa (4ª colocada), ligeiramente acima de 300 mil habitantes, que está sobre a tangente, e outras que estão acima da tangente, entre elas Cascavel e Foz do Iguaçu, fortalecendo o dinamismo do eixo do Sudoeste do Paraná, além de Colombo e São José dos Pinhais, estas duas últimas os principais núcleos urbanos da região metropolitana de Curitiba, exceção feita à capital, é claro, que não estão isoladas mas fazem parte de um grande aglomerado urbano: a Grande Curitiba.

No quarto grupo, das 7 cidades entre 100 e 200 mil habitantes, 4 estão sobre a tangente, e as 3 outras, junto com o quinto grupo, o das 13 cidades de 50 a 100 mil habitantes, mostram grande dinamismo, pois todas pontuam acima da tangente.

O sexto grupo vai das cidades de 5 a 50 mil habitantes e tem situação estável, com seus pontos formando uma linha contínua sobre a tangente. Porém, o sétimo e último grupo, correspondente às cidades com menos de 5 mil habitantes, além de se descolar rapidamente da tangente, torna-se assintótico ao eixo vertical, sendo que as últimas 6 cidades (do bloco de 12 com menos de mil habitantes) estão claramente desintegradas do conjunto das cidades paranaenses.

O Estatuto da Cidade estabelece um patamar de referência ao determinar que municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a realizarem plano diretor. Este mínimo é fundamental para a estruturação da sua organização administrativa. Dentro dessa ótica, como resultado da distribuição da rede urbana paranaense, tem-se que municípios menores, isto é, com população urbana no distrito sede abaixo de 5 mil habitantes, estão despreparados para cumprir suas obrigações locais, pois sua existência é mais uma decisão político-institucional de criar novos municípios (e separar massas eleitorais) do que exigência de organização do território.

A grande maioria não tem as condições de desenvolvimento e está perdendo população ano após ano. Por isso, para alcançar as transformações esperadas, certamente não basta ter o documento do plano diretor, mesmo que muito bem elaborado e transformado em lei municipal.

Somente no que diz respeito ao planejamento territorial, imagine-se um pequeno município, que mal tem recursos para manter a máquina administrativa do executivo e do legislativo, procurando formar uma equipe de profissionais para tentar operar aplicativos sofisticados nos computadores, produzindo cadastros imobiliários com mapas georreferenciados; para alinhar arruamentos que tenham continuidade espacial; para implantar infraestruturas compatíveis com a escala urbana; para fiscalizar

posturas e gabaritos aprovados na lei; para estabelecer parâmetros dos valores imobiliários para a cobrança dos novos impostos e de outros instrumentos de arrecadação estabelecidos na nova legislação; ou, enfim, para tentar aplicar medidas necessárias para o escritório de planejamento urbano funcionar a contento dentro da administração municipal. Como fazê-lo?

A experiência de Curitiba é bastante esclarecedora a respeito: como ocorre há quase 50 anos, não basta ter um plano diretor, mas é preciso que haja todo um **processo de planejamento** continuado no tempo. Então, ou se monta uma estrutura de planejamento regional, ou, o que mostrou ser uma boa solução para alguns lugares no Paraná, montam-se consórcios com municípios vizinhos entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde ver, o planejamento territorial no Paraná tem ocorrido de modo **isolado**, com diversos organismos cuidando cada qual do seu território, e **intermitente**, isto é, de vez em quando há um surto: reúne-se um grupo de técnicos qualificados para fazer um plano que se apoie em diretrizes territoriais e tenha alcance estadual. A experiência mostra que esse é um *modus operandi* que não dá certo. Há que se criar um processo **permanente** de pensar o Estado do Paraná sob a ótica territorial, estruturado pelo governo estadual mas que envolva as várias escalas, sobretudo a metropolitana e a urbana, no caso de Curitiba e dos outros principais polos estaduais. Seria um trabalho conjunto que envolveria, entre outros, representantes da SEDU, do IAP, do IPARDES, do IAPAR, da COMEC, do IPPUC, dos Cursos de Urbanismo das universidades, das empresas que quisessem contribuir para o desenvolvimento estadual e da iniciativa privada que investisse em infraestrutura e logística, enfim, de todos que tenham algum interesse (*stake holders*) no processo de planejamento territorial.

Por outro lado, há que se cuidar melhor das cidades paranaenses. É preciso partir do pressuposto de que “A cidade é a principal invenção da humanidade. A interação pessoal e contínua que ocorre nas cidades eleva os conhecimentos, as capacidades e o nível de renda dos trabalhadores urbanos. Esta função socializadora da cidade é o segredo do seu encanto”.² Ao mesmo tempo que se planeja o espaço estadual e o metropolitano, também na cidade é necessário planejar o espaço urbano, de modo que seja ordenado e harmonioso. Para isso é preciso encontrar a identidade urbana de cada cidade, buscando soluções urbanísticas únicas, que não sejam simplesmente copiadas de alhures. Há que se formatar o espaço urbano de modo coeso e ordenado, criar situações de maior interação com o ambiente natural, mas estar atento aos custos de infraestrutura, pois a cidade humana é também economicamente viável, socialmente acessível e ambientalmente sustentável.

² Eduard Glaeser. *Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier*. 2011

O urbanista Constantino Doxiadis, reformulador do Rio de Janeiro, citava para os planejadores urbanos o pleito de Antígona, na peça de Sófocles, que demandava o enterro do irmão tido como traidor dentro dos muros urbanos, alegando, para suplantá-la a lei repressora, que: “as Cidades são as Pessoas”.

REFERÊNCIAS

- CASTOR, Belmiro; GOMIDE, Francisco (Coord.). **Perspectivas estratégicas do Paraná: aspectos físico-territoriais**. Curitiba: Movimento Pró-Paraná, 2008.
- CASTRO NETO, Vicente de. Grande Curitiba: um olhar sobre a evolução urbana. **Metrópolis em Revista**, Curitiba: COMEC, v.4, n.1, p.15-27, 2002.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: COMEC, [1978].
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1965.
- FOZ DO IGUAÇU: plano de desenvolvimento urbano. Curitiba: Universidade Federal do Paraná : ITAIPU Binacional, [1975?].
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/idhm_2000.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2003.
- MILDER - KAISER ENGENHARIA. **Ação para o desenvolvimento urbano do Paraná**. São Paulo: Milder - Kaiser Engenharia, [1979?].
- PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação de Planejamento Estadual. **PDU - Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná**: sinopse. Curitiba: PLADEP, 1973. Convênio Governo do Estado do Paraná, SUDESUL, SERFHAU, UFPR.
- PARANÁ. Governo do Estado. **Planos regionais de desenvolvimento estratégico para o Estado do Paraná - PRDE**. Curitiba: Governo do Estado, 2005. Convênio SEDU, Paranacidade, SEPL, IPARDES, UFPR.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU**. Curitiba: SEDU, 2003.
- PLANO básico regional do litoral do Paraná. Curitiba: Forte Gandolfi Arquitetos Associados: Codepar, 1966.